

Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos nos municípios paulistas: Contribuição aos estudos do impacto do Fundeb no Estado de São Paulo

Aluna: Alyne Figueiredo Ferraz Ferreira

Programa: Institucional FAFE

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Clara Di Pierro

Resumo

A pesquisa analisou a configuração da oferta de Educação de Jovens e Adultos (EJA) após a implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em três municípios paulistas de médio à grande porte dentre aqueles que apresentam as menores taxas de analfabetismo entre a população de 15 anos e mais do Estado de São Paulo: Bauru, Campinas e Santos.

Constatamos a subdeclaração de despesas na EJA, que a oferta é reduzida face o elevado contingente de analfabetos e jovens e adultos com baixa escolaridade e que as matrículas públicas vêm declinando durante a vigência do Fundeb.

Os técnicos entrevistados não associam a redução da matrícula ao financiamento, atribuindo a queda das matrículas à melhoria do fluxo escolar no ensino regular de crianças e adolescentes. Divergimos dessa interpretação e levantamos outras hipóteses explicativas, relacionadas, por um lado, à economia e ao mercado de trabalho e, por outro, às características da oferta da modalidade estudada.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Política Educacional; Financiamento.

Introdução

A presente pesquisa é um desdobramento e contribuição ao estudo iniciado em 2010 pela Profa. Dra. Maria Clara Di Pierro, intitulado *Políticas de educação básica de jovens e adultos no Estado de São Paulo: análise do impacto da inclusão da modalidade do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)*, que investiga a configuração das políticas públicas educacionais em diferentes municípios paulistas, após a implantação do Fundeb. A pesquisa é um dos cinco eixos do *Núcleo de Estudos Educação de Jovens e Adultos: insumos, processos e resultados*, desenvolvido pela Ação Educativa¹ e financiado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)².

No tocante a esta pesquisa, pretendeu-se, inicialmente, analisar a oferta de EJA em dez municípios de médio a grande porte do Estado de São Paulo. Possuidores dos menores índices de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, esses municípios estão localizados em diferentes Regiões Administrativas, a saber: Araçatuba, Bauru, Campinas, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, São José dos Campos, Sorocaba. Conseguimos, porém, realizar visitas apenas em três municípios: Bauru, Campinas e Santos. Sendo assim, a análise mais aprofundada quanto à configuração da EJA e as implicações do Fundeb refere-se a esses três municípios.

1. Atividades desenvolvidas

1.1. Resumo das atividades

A pesquisa começou em outubro de 2010 e, inicialmente, foram coletados dados oficiais socioeconômicos e educacionais, tais como: número de habitantes; população por situação de domicílio; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); matrículas; escolaridade por faixas etárias; projetos de EJA desenvolvidos pelos municípios; programas de ordem estadual ou federal que visavam o atendimento a jovens e adultos e aos quais os municípios aderiram. Esses dados foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e

¹ Associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1994, que promove atividades de formação para educadores sociais, além de desenvolver pesquisas no campo da Educação, Cultura e Direito Civil. Site: www.acaoeducativa.org.br

Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Foram também coletados dados referentes às despesas com Educação e com EJA nos municípios, nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope), na série Finanças do Brasil (Finbra) e no Sistema de Informações da Administração Pública (Siap). A análise das informações apontou subdeclaração de despesas em todos os anos e em todos os sistemas selecionados. Quanto ao número de matrículas, observamos considerável e contínuo declínio. A coleta dessas informações permitiu conhecer o perfil de cada município e caracterizá-los, iniciando, assim, nosso estudo.

No segundo semestre de 2011, após a divulgação dos primeiros dados do Censo 2010 do IBGE, pudemos comparar a taxa de analfabetismo dos municípios em ambas as décadas. Em seu período intercensitário (anos 2000 e 2010), observamos a diminuição da taxa de analfabetismo das zonas rural e urbana. Ainda no mesmo semestre, foram enviados questionários para os coordenadores do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Peja)³ da Universidade Estadual Paulista (Unesp), porém não obtivemos respostas.

No período de agosto de 2011 a setembro de 2012, começamos o estudo de campo. Entrevistamos os profissionais das redes municipais e estadual responsáveis pelo gerenciamento da EJA de três municípios, destacados abaixo:

- **Bauru:** Entrevistei a Diretora Pedagógica e a Diretora de Gestão de Finanças da Secretaria Municipal de Educação, que me forneceram informações de cunho pedagógico e financeiro sobre a EJA Ensino Fundamental (Ciclo I). Entrevistei, também, o Coordenador do Peja, que prestou esclarecimentos quanto ao programa de alfabetização mantido pela Unesp no campus de Bauru e o Supervisor de Ensino da Diretoria de Ensino de Bauru, que prestou informações quanto à configuração da EJA da rede estadual no município.
- **Campinas:** Entrevistei a Coordenadora da Fundação Municipal para a Educação Comunitária (Fumec), responsável pelo oferecimento do Ensino Fundamental Ciclo I (1º a 5º ano) em Campinas; a Coordenadora da Área de Tecnologia Educacional e dois Diretores Técnicos do Núcleo Pedagógico das Diretorias de Ensino (Leste e Oeste) da

³ Programa de alfabetização de jovens e adultos, criado em 2000, que visa atender parte da demanda por EJA verificada nos municípios de Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José do Rio Preto.

Rede Estadual de Ensino, que me forneceram informações referentes à EJA Ensino Fundamental (Ciclo II) e à EJA Ensino Médio; a Assessora do Núcleo de EJA da Secretaria Municipal de Educação, que complementou os dados quanto à oferta do Ensino Fundamental da modalidade EJA do município em destaque.

- **Santos:** Entrevistei a Coordenadora pedagógica da EJA e a Chefe de Departamento de Controle Financeiro da Secretaria Municipal de Educação de Santos; o Chefe de Departamento de Finanças da Secretaria Municipal de Finanças; na Diretoria de Ensino de Santos, entrevistei a Diretora Técnica do Núcleo de Gestão em Demanda e Matrícula e o Supervisor de Ensino da Rede, que me forneceram dados referentes às matrículas e à configuração do ensino na rede estadual.

Para complementar a coleta de dados quantitativos e qualitativos da pesquisa, entrevistei técnicos da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo, como: o Diretor Técnico de Orçamento e Finanças, que prestou informações e forneceu documentos que auxiliaram na compreensão de assuntos relacionados ao orçamento anual e gastos na Educação e na modalidade EJA de todo o Estado de São Paulo; a Especialista Técnica do Ceeja e o Executivo Público que forneceram dados relativos à oferta e outras questões pedagógicas da EJA Ensino Fundamental (Ciclo II) e Médio da Rede Estadual.

2. Caracterização dos municípios

As análises das entrevistas e de outras informações obtidas ao longo de nossa pesquisa, bem como as conclusões de nosso estudo, estarão expostas nos tópicos a seguir:

2.1 Santos

2.1.1 Oferta e demanda de EJA em Santos

De acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE (Censo 2010), Santos possui 2,23% de sua população de 15 anos ou mais, analfabeta. Este percentual mostra-se baixo quando comparado com a média estadual, mas em números absolutos representa 7.779 pessoas que não sabem ler ou escrever um bilhete simples. O problema agrava-se quando somamos a essas informações dados relativos ao analfabetismo funcional do município.

Segundo o Censo 2000⁴, 10,3% de sua população possuía quatro anos de estudos completos.

A Secretaria Municipal de Educação conta com 17 escolas (Tabela 1) que oferecem a EJA do tipo presencial, sendo dez de Ensino Fundamental Ciclo I (1º ao 5º ano) e Ciclo II (6º ao 9º), que funcionam apenas no período noturno. Em 2012, a matrícula inicial na modalidade foi de 1800 estudantes.

Tabela 1: Matrícula presencial na EJA em municípios selecionados (2012)

Localidade	BAURU		CAMPINAS		SANTOS	
	EF	EM	EF	EM	EF	EM
Estadual Urbana	168	271	241	3094	0	1209
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	732	0	5915	0	1800	0
Municipal Rural	0	0	4	0	0	0
Estadual e Municipal	900	271	6160	3094	1800	1209

Fonte: INEP/MEC. Censo Escolar 2012 (Resultados Preliminares).

Em Santos, o Ensino Médio é ofertado pela Secretaria Estadual de Educação em sete escolas. De acordo com o Censo Escolar (Tabela 1), a matrícula inicial foi de 1209 alunos.

Tabela 2: Movimentação Escolar na EJA Presencial da Rede Estadual – Santos (1º semestre/ 2012)

Unidades escolares	Salas	Alunos ativos	Aprovados no 1º semestre	Retidos por frequência	Retidos por rendimento	Promoção parcial
Azevedo Júnior (E.M)	9	243	175	60	8	0
Bartolomeu Gusmão (E.M)	3	117	70	44	3	0
Visconde de S. Leopoldo (E.M)	4	102	96	6	0	0
Suetônio Bittencourt (E.M)	5	179	120	47	12	0
Canadá (E.M)	5	138	133	5	0	0
João Otávio dos Santos (E.M)	6	111	88	4	15	4
Paulo Filgueiras (E.F II e E.M)	32	232	-	-	-	-

Fonte: Diretoria de Ensino de Santos

No primeiro semestre de 2012 eram 1022 alunos ativos; deste número, 166 foram retidos por frequência e 38 por rendimento, o que representa uma taxa de 21,37% de alunos matriculados que não concluíram suas respectivas séries no primeiro semestre de 2012.

⁴ Até o momento, o IBGE divulgou apenas os dados do Censo 2010 a respeito do analfabetismo funcional para as capitais.

Há, ainda no Estado, a oferta de EJA denominada “presença flexível”, implementada pelos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (Ceejas). O aluno recebe material instrucional modular e orientação de estudo e dirige-se a esses locais nos momentos de dúvidas e de provas, que costumam ocorrer sempre ao final de cada módulo. Os certificados de conclusão de curso são expedidos pelas próprias escolas, após o aluno ser submetido a exames presenciais.

Em Santos, há duas escolas que oferecem EJA com presença flexível, modalidade que parece ser mais atrativa para os jovens e adultos, visto que no primeiro semestre de 2012, 2.033 alunos estavam matriculados no Ensino Fundamental (Ciclo II) e 4.207 alunos no Ensino Médio.

2.1.3 Programas educacionais

Além da oferta municipal de turmas de EJA do Ensino Fundamental, prevista na Constituição Federal de 1988 (artigo 211), a Secretaria Municipal de Educação possui outros programas de alfabetização, escolarização e qualificação profissional.

Criado em 2005, o *Parceiros do saber* é um programa em parceria com a sociedade civil, que visa alfabetizar jovens e adultos que não puderam frequentar a escola no período convencional. As aulas acontecem a qualquer horário e em espaços comunitários, como canteiros de obras e igrejas que possuam estruturas físicas mínimas como lousa, mesas e cadeiras. Os professores são efetivos da Rede Municipal deslocados para as regiões do município que possuam demanda.

Para atender os jovens e adultos da EJA Ensino Fundamental (Ciclo II), a Secretaria Municipal de Educação criou a *EJA Digital*, um programa que se iniciou na zona rural e, atualmente, existe em todas as escolas de Ciclo II da zona urbana. Apresenta-se como uma alternativa para a conclusão do Ensino Fundamental. As aulas são elaboradas e transmitidas através de computadores instalados nas escolas e não há contato pessoal entre professores e alunos, exceto pela mediação realizada por tutores. Segundo a Coordenadora Pedagógica da EJA no município, a iniciativa tem dado bons resultados, pois o programa apresenta em média 19% de evasão, contra 30% verificados nos cursos presenciais.

Outro programa, desenvolvido em parceria com as Secretarias de Planejamento e Cultura, é o *Oficina de restauro*, uma iniciativa que promove a qualificação profissional de jovens de 16 a 25 anos, estudantes da EJA. Trata-se de um programa que forma profissionais

restauradores (com noções básicas de alvenaria, pintura de parede, arte, restauração, educação patrimonial e artesanato voltado para relojoaria) para trabalharem em projetos de revitalização do centro da cidade.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, entre 2008 e 2010, aproximadamente mil alunos foram alfabetizados pelos *Parceiros do Saber*, *Brasil Alfabetizado* e Unidades Municipais de Educação. Em 2010, Santos era conveniado ao programa *Brasil Alfabetizado*⁵ e possuía sete bolsistas e 91 alfabetizandos, mas atualmente não participa do programa. Em 2009, o município também participou do *ProJovem*⁶, mas o perfil procurado pelo programa não atendia a demanda de Santos, além do valor das bolsas não serem atrativas para os educandos da localidade, motivo pelo qual o programa foi descontinuado.

2.2.1 Campinas

2.2.2 Oferta e demanda de EJA em Campinas

Os últimos dados publicados pelo Censo 2010 apontam para uma diminuição da taxa de analfabetismo em Campinas no período censitário: em 2000, 5% da população de 15 anos e mais era analfabeta; já em 2010 esse percentual caiu para 3,27% (Tabela 3).

Tabela 3: Pessoas com 15 anos ou mais de idade não alfabetizadas, por situação de domicílio (2000 e 2010)

2010				2000			
Total	Taxa Analf.	Taxa Urbana	Taxa Rural	Total	Taxa Analf.	Taxa Urbana	Taxa Rural
28.535	3,27%	3,22%	6,64%	36.839	5,00%	4,89%	11,56%

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010)

Um valor percentual muito abaixo da média estadual, mas que espanta quando observado em números absolutos. Somam-se a isso os dados do analfabetismo funcional: de acordo com o Censo 2000, 106.591 pessoas não concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental.

⁵Trata-se de uma campanha de alfabetização por meio da qual o governo federal transfere recursos para os estados e municípios pagarem bolsas a coordenadores e voluntários que se dispõem a alfabetizar jovens e adultos em espaços comunitários ou escolares, por períodos de 6 a 8 meses. Mais informações em: <http://portal.mec.gov.br/>.

⁶O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, conhecido como *ProJovem*, destina-se à elevação de escolaridade de jovens pobres que não concluíram o Ensino Fundamental. Mais informações: <http://www.projovemurbano.gov.br/site>

De acordo com o Censo Escolar 2012, havia 9.254 matrículas na EJA presencial no Ensino Fundamental (ciclos I e II) e Médio nas redes públicas de ensino do município (Tabela 2). Com quase seis mil matrículas, a rede municipal responde pela ampla maioria dos estudantes do Ensino Fundamental, enquanto a rede estadual acolhe pouco mais de três mil estudantes do Ensino Médio.

A Fundação Municipal para Educação Comunitária (Fumec) é responsável pelo oferecimento do Ciclo I (1º ao 5º ano) do Ensino Fundamental em Campinas, ficando a cargo da Secretaria Municipal oferecer o Ciclo II (6º ao 9º ano).

Atualmente, a Fundação atende 3.500 alunos em escolas municipais ou em salas de aula instaladas em outros locais, como igrejas, associações de bairro, fazendas ou outros locais que apresentam demandas por alfabetização. Esses alunos podem se matricular e frequentar a escola em qualquer período do ano letivo. A Fundação conta com aproximadamente 350 professores concursados que, em sua maioria, possuem diploma de mestrado.

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Educação, Campinas possui 27 escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental EJA (Ciclo II); dentre essas escolas, três foram destinadas exclusivamente ao público da EJA. São cursos presenciais, denominados semimodulares⁷, que atendem, atualmente, de 3.500 a 3.700 alunos.

Com relação à oferta na rede estadual, sabemos que atualmente, segundo informações prestadas pelas Diretorias de Ensino de Campinas, o município possui 18 escolas com Ensino Fundamental EJA (Ciclo II), sendo que, deste número, 14 ofertam o Ensino Fundamental (Ciclo II) e Médio simultaneamente. Há ainda 23 escolas estaduais que oferecem o Ensino Médio, modo presencial, para jovens e adultos. Somam-se a essas informações, mais dois Ceejas que oferecem o ensino com presença flexível no município.

2.2.3 Programas educacionais

O *EJA Profissões*, criado em 2010 pela Fumec e pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, é um programa de capacitação profissional que atende jovens a partir de 15 anos. Os cursos ofertados são: auxiliar de recepção, informática, auxiliar de escritório, aprender a empreender e auxiliar de eletricista. No primeiro semestre de 2011, o

⁷ Os cursos semi modulares permitem ao aluno frequentar o curso por módulos. A cada cinquenta dias letivos são ofertados diferentes componentes, em que o aluno tem liberdade de escolher qual ou quais querará cursar.

EJA Profissões formou 17 alunos e, atualmente, todas as escolas que ofertam a EJA (Ciclo II) aderiram ao programa.

Em relação aos programas federais, Campinas, em 2007, possuía 75 bolsistas e 481 alfabetizando cadastrados, mas atualmente não é mais conveniada ao *Programa Brasil Alfabetizado*. O município não participa do *ProJovem*.

2.3 Bauru

2.3.1 Oferta e demanda de EJA em Bauru

De acordo com as últimas informações divulgadas pelo Censo 2010, Bauru apresenta 3,86% de sua população analfabeta – uma diferença de quase três pontos percentuais com relação à década anterior (Tabela 4).

Tabela 4: Pessoas com 15 anos ou mais de idade em Bauru: não alfabetizadas, por situação de domicílio (2000 e 2010)

2010				2000			
Total	Taxa analf.	Taxa Urbana	Taxa Rural	Total	Taxa analf.	Taxa Urbana	Taxa rural
5.695	3,86%	3,79%	7,37%	7.769	6,30%	6,20%	9,88%

Fonte: IBGE (Censo 2000 e 2010)

De acordo com o Censo Escolar 2012, o ensino presencial de jovens e adultos nas redes públicas em Bauru somava 1.171 matrículas, a ampla maioria das quais no Ensino Fundamental e na rede municipal de ensino (Tabela 2).

Bauru conta com o Centro Educacional de Jovens e Adultos (Ceja), uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação. O Ceja é responsável pelo oferecimento das primeiras séries do Ensino Fundamental e está localizado nos bairros periféricos da cidade em escolas municipais de Ensino Infantil e de Ensino Fundamental, em centros comunitários, igrejas ou outras entidades que possuam mínimas estruturas para a aprendizagem. Segundo dados retirados do “Plano de Gestão de 2012”, no primeiro semestre deste ano o Ceja mantinha 51 classes em funcionamento, com, em média, 800 matrículas distribuídas entre os períodos matutino, vespertino e noturno. Ainda segundo o mesmo documento, dos 985 alunos matriculados no primeiro semestre de 2010, 439 foram retidos por nota e 212 por falta, o que representa 66% de retenção no total. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, as causas dos abandonos são o aumento da carga

de trabalho, constantes mudanças de endereço por questões de emprego, dissolução familiar e ocorrências de doenças próprias da terceira idade. Ainda segundo a Secretaria, o elevado índice de retenção deve-se ao aumento dos casos de inclusão, ao excesso de faltas e à dificuldade na aprendizagem.

A EJA de 6^a ao 9^a ano do Ensino Fundamental é oferecida apenas em duas escolas municipais – Cônego Aníbal Difrância e Professor Eduardo Velho Filho – que estão, respectivamente, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Campinas e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. O Ensino Médio é ofertado pela rede estadual de ensino e atualmente conta com apenas duas escolas, que apresentaram, no 2^o semestre de 2012, de acordo com dados obtidos junto à Diretoria de Ensino de Bauru, 290 matrículas no total.

Bauru não aderiu ao *ProJovem* e ao *Brasil Alfabetizado*, porém, possui turmas do Peja da Unesp. De acordo com o professor coordenador, o Programa atende, atualmente, uma média de 10 alunos, geralmente funcionários terceirizados da Universidade que não puderam se alfabetizar na idade convencional. As aulas ocorrem de segunda à sexta feira no campus da Unesp Bauru e possui duração de dez horas semanais. Como o programa não prevê certificação, os alunos geralmente são encaminhados às unidades escolares do município para realizar provas, com o intuito de obter os certificados de conclusão. As aulas são ministradas por graduandos da Universidade, que recebem bolsas mensais em torno de R\$ 310.

3. Evolução das matrículas da EJA nos municípios de Bauru, Campinas e Santos

No início de nossa pesquisa foram coletados dados referentes à evolução das matrículas no período de 2005 a 2010 dos municípios de Bauru, Campinas e Santos, que posteriormente foram complementados com informações do ano de 2011 e 2012. A partir desses dados foi verificado um amplo e contínuo declínio do número de matrículas na EJA, observados tanto na rede estadual quando nas redes municipais de ensino. Esta questão foi levantada nas entrevistas realizadas com os órgãos responsáveis pelo oferecimento da EJA nos municípios e interpretações do fenômeno coincidiram. De acordo com os entrevistados, a queda do número de matrículas vem ocorrendo em consequência da ampla “democratização do acesso à Educação”, observada desde o início da década de 80, como assinala a Especialista Técnica do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo:

Ela vem pela correção do ciclo. Da década de 80 para cá houve uma democratização do acesso à Educação; então, hoje, se a gente for pensar que a nossa meta é atender todos os brasileiros na idade regular, na idade correta, na série equivalente, e a gente tem conseguido isso, o acesso à escola foi democratizado da década de 80 para cá; então, naturalmente, eu tenho essa correção; a procura... as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade regular, o número de pessoas reduziu.

A implantação da política educacional de progressão continuada⁸ parece ser a principal explicação dada pelos órgãos governamentais, pois é citada em diversas entrevistas, como observado novamente na fala da Diretora de Divisão de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru:

Então, eu acho que assim, são “n” os fatores. A questão da própria progressão (continuada) que faz com que os alunos sejam encaminhados na idade regular, tá; o que não garante no nosso Estado a aprendizagem mesmo de fato, a gente está vendo isso se refletindo nas universidades.

Acreditamos que a queda do número de matrículas não pode ser explicada somente pela correção de fluxo verificada no ensino regular, como justificado pelos técnicos dos órgãos estaduais e municipais. Apesar de haver uma expressiva diminuição na taxa de distorção idade-série, observadas entre os anos 2006 e 2010 (Tabela 5), notamos que ainda há um número considerável de crianças e jovens que estão com idade superior à indicada para suas respectivas séries.

Tabela 5: Taxa de distorção idade série no Ensino Fundamental e Médio – Bauru, Campinas e Santos (2006 a 2010)

Municípios	2006		2007		2008		2009		2010	
	E.F	E.M	E.F	E.M	E.F	E.M	E.F	E.M	E.F	E.M
Bauru	10,8	17,9	10,6	16,7	10	15,4	8,9	14,2	8,3	14,1
Campinas	12,4	25,3	11,6	25,4	11,2	23,9	10,2	22,6	9,9	23,5
Santos	13,7	24,8	13,1	22,2	13,1	20,9	12,7	20	13,8	21,9

Fonte: MEC/INEP

⁸ A progressão continuada é um sistema de promoção previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Foi adotado no Ensino Fundamental pela rede estadual de ensino do Estado de São Paulo em 1998, e tem como principal característica a organização do ensino em ciclos; os alunos podem ser reprovados apenas ao final do ciclo, ou seja, no 5º ou 9º ano do Ensino Fundamental.

Em 2010, por exemplo, 30.072 alunos estavam matriculados no Ensino Fundamental (Ciclo I e II) ofertado pela rede estadual e municipal de Santos; desse número, mais de 6.585 alunos apresentaram defasagem idade-série. Também podemos observar que a taxa de distorção idade-série no Ensino Médio do mesmo município sofreu um leve aumento entre os anos 2009 e 2010.

Esses números expressam que a queda do número de matrículas nos municípios estudados não pode ser explicada somente pela correção de ciclos. Sabemos que somados às taxas de distorção idade-série, temos índices relativos ao analfabetismo e ao analfabetismo funcional, apresentados na caracterização dos municípios, que indicam existir atualmente uma grande demanda potencial pela modalidade EJA nos municípios de Bauru, Campinas e Santos. Ocorre que o maior número de pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade ainda se encontra nas zonas rurais e nos grupos de idade mais avançada, o que torna mais complexo o atendimento deste contingente. Somado a esses fatores, pudemos observar que ainda não há uma preocupação dos órgãos públicos em realizar estudos de demanda e nem políticas que viabilizem o acesso e permanência de jovens e adultos na escola.

4. Considerações finais

Tínhamos como hipótese, no início de nosso estudo, que a inclusão da EJA ao Fundeb proporcionaria impactos na modalidade, uma vez que haveria maiores recursos para a expansão quantitativa do ensino. Ao longo da pesquisa nos deparamos com dados (como a evolução das matrículas nos municípios estudados) e informações prestadas pelos órgãos governamentais que nos fizeram concluir que o Fundeb não causou impacto positivo na oferta de matrículas ou nas políticas públicas dessa modalidade. Os municípios pesquisados afirmam sempre terem investido na EJA, da mesma forma que em outros níveis e modalidades de ensino, e declaram que o Fundeb é utilizado principalmente para o pagamento dos professores das redes públicas de ensino.

Sendo assim, acreditamos que o fenômeno da queda das matrículas nos municípios estudados deve-se a outros fatores. Temos como suposição, atualmente, que o crescimento econômico e social observado nos últimos anos tem contribuído para o aumento de novos postos de trabalho e, conseqüentemente, para a absorção do trabalhador pelo mercado, o que, possivelmente, vem ocasionando uma menor procura e permanência nos cursos de EJA. Devemos considerar também o tipo de escola que está

sendo oferecida a esses jovens e adultos. Acreditamos que outras formas mais atrativas de abordagens dos conteúdos disciplinares, bem como uma maior flexibilização dos horários das aulas, auxiliariam no aumento da procura pelos cursos de EJA.

Logo, acreditamos que se faz necessário maiores investimentos e disposição política por parte dos órgãos governamentais vinculados à Educação para que possibilite, através de estudos de demanda, reconhecer onde estão os maiores contingentes e quais as políticas necessárias para que haja ampliação das matrículas nas redes municipais e estaduais de Bauru, Campinas e Santos.

5. Referências bibliográficas

CALLEGARI, Cesar. *FUNDEB: Financiamento da educação pública no Estado de São Paulo*. São Paulo: APEOESP, 2008.

DI PIERRO, Maria Clara. A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. Campinas, *Educação & Sociedade*, v.31, n.112, p.939-959.

DI PIERRO, Maria Clara; VIEIRA, Rosilene. *O desafio da alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2009.

DI PIERRO, Maria Clara; XIMENES, Salomão. *Políticas e direitos educativos dos jovens e adultos no Estado de São Paulo: notas de pesquisa e relato de intervenção*. São Paulo, 2010.

GALVÃO, Ana Maria; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo, Cortez, 2008.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M.C; FREITAS, M.V. Perfil do atendimento em alfabetização de jovens e adultos no Estado de São Paulo. Brasília, *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.74, n.178, p.495-528.

6. Sites Consultados

FNDE: www.fnde.gov.br

IBGE: www.ibge.gov.br

INEP: www.inep.gov.br

MEC: www.mec.gov.br

SEADE: www.seade.gov.br

TCE: www.tce.sp.gov.br

